

S.Paulo 25/03/93.

**URGENTE**

PARA: Silvio Carvalho  
Sidney Cândido Faria  
Maura Spielmann  
Norma Barbosa  
Ricardo Braga  
Alex Davit  
Herbert Steinberg  
José Maria Simões  
Turíbio Silva

DE : Rodolfo Guttilla  
Marketing

REF.: Palestra Paulo Haddad

Estamos enviando, para sua atualização, artigo publicado na grande imprensa, sobre o ex-ministro Paulo Haddad, que estará proferindo palestra, hoje, às 19h00, no auditório do banco, sobre o tema "Política Econômica".

Atenciosamente,

Rodolfo Guttilla  
Gerente de Imprensa e RP

C/C: Waldomiro Carvas Jr.

## INTRIGAS PALACIANAS

# Pacote de bobagens

*Em entrevista a ISTOÉ, o ex-ministro da Fazenda revela como era o verdadeiro Plano Haddad*

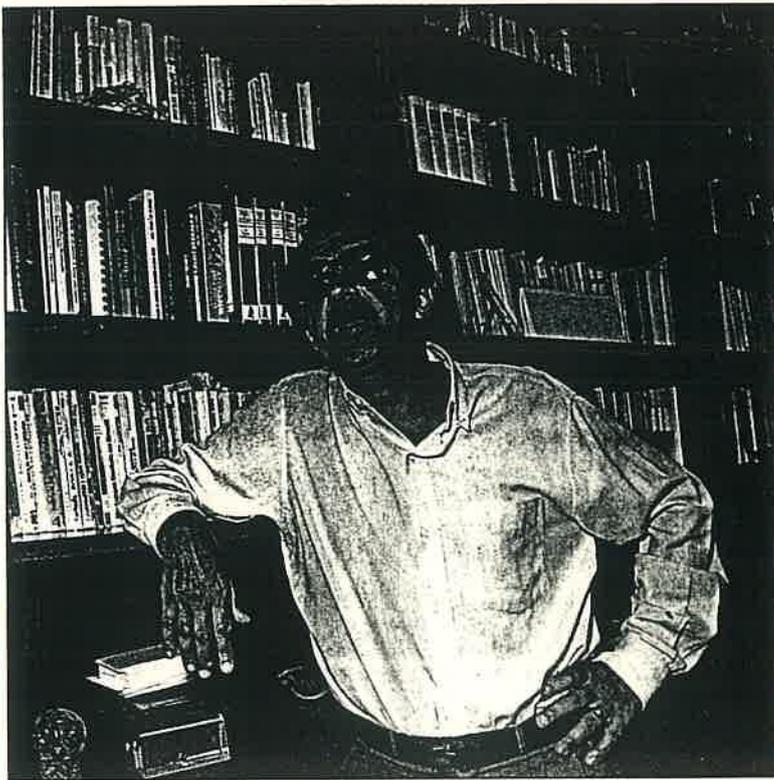
RODRIGO MESQUITA

**S**e congelamento de preços e calote da dívida pública fossem ervas mágicas, o Brasil seria hoje um paraíso, depois de ter conhecido cinco planos desde 1986. Mas há ainda quem acredite nisso. O ex-ministro da Fazenda Paulo Haddad desconfia que o presidente Itamar Franco esperava dele a repetição daquelas fórmulas para derrubar drasticamente a inflação em 30 dias. Por não querer usar o congelamento, e não se achar feiticeiro, ele perdeu o seu Ministério. Mas Haddad tinha um plano que, jura, levaria a inflação para 2% ao mês no final do governo Itamar Franco. Para falar desse plano, e dizer que sua equipe não era uma "quadrilha de caloteiros" como pessoas do governo chegaram a soprar, ele recebeu a reportagem de ISTOÉ na sua casa de Belo Horizonte na quinta-feira 11. Haddad revelou também bastidores ainda inéditos de sua queda. Disse, por exemplo, que o presidente Itamar Franco tinha, para com ele, o compromisso de consultá-lo nas indicações para o segundo escalão da área econômica. Foi a quebra desse acordo, com a indicação pelo Planalto da diretoria do Banco Central, o que precipitou a sua saída.

**ISTOÉ** – Antes de sair do governo, o sr. preparava para o presidente Itamar Franco um programa de estabilização da economia. Nas últimas duas semanas, divulgaram-se diversas versões de um suposto Plano Haddad. Em algumas delas, inclusive, o sr. chegaria a propor o congelamento e o controle dos preços. Em que consistia, realmente, o Plano Haddad?

**Haddad** – O texto nunca chegou a ser redigido, mas nós já havíamos chegado a

um consenso em torno dos sete pontos principais do plano, que são os seguintes: 1) A criação de uma "âncora monetária". Nós faríamos um controle rígido do crédito e do dinheiro em circulação na economia. É o que chamamos de programação monetária, que seria decrescente. Com menos dinheiro em circulação



Haddad, em sua casa: o congelamento não entrou em pauta

ALAN RODRIGUES

na economia, os preços teriam que cair. 2) Um superávit fiscal de, no mínimo, US\$ 4 bilhões em 1993. Esse dinheiro – a diferença entre a arrecadação e o gasto do governo – seria possível com a aprovação do IPMF e seria gasto na compra de parte da dívida pública que vence este ano – US\$ 8 bilhões. Isso implicaria uma folga para a queda da taxa de juros, já que o governo deixaria de depender tanto do mercado para se financiar. 3) Uma política social compensatória. Seriam programas de geração de emprego em áreas metropolitanas e áreas rurais deprimidas. Esse trabalho seria articulado com a Frente Nacional de Prefeitos e serviria para aliviar os custos recessivos do programa.

4) Uma política de rendas. Apresentaríamos uma nova política salarial que garantisse, durante a execução do programa, o valor do salário médio real. 5) A aceleração do processo de privatização. Num período de um ano, nós teríamos condições de expandir o programa. Incluiríamos quase todas as estatais. Só ficariam de fora as empresas onde o monopólio é determinado pela Constituição: as telecomunicações e o setor petrolífero. Somando as novas empresas, nós teríamos condições de arrecadar US\$ 20 bilhões que seriam utilizados, também, para a compra da dívida pública. No caso, os títulos de curto prazo emitidos pelo Banco Central, os BBCs (Bônus do Banco Central).

6) Independência do Banco Central, que passaria a cuidar apenas do controle da moeda e da fiscalização do sistema financeiro. Hoje, o banco administra dívida pública, interna e externa. Essas funções passariam a ser exclusivas do Tesouro.

7) Prefixação de tarifas. Quando a inflação caísse dos 15% ao mês, o que nós esperávamos que acontecesse nos primeiros 90 dias, o governo sinalizaria para a sociedade que estava disposto a fazer a sua parte. As tarifas públicas (energia, telefones, combustíveis etc.) passariam a obedecer uma regra de reajustes decrescentes como forma de estimular agentes econômicos a acompanharem o mesmo ritmo. Nosso objetivo era chegar ao final deste ano com uma

inflação mensal de 10% e, em dezembro de 1994, com o índice do custo de vida na casa dos 2%.

**ISTOÉ** – Mas em nenhum momento se discutiu a inclusão no plano de mecanismos como o congelamento, a prefixação de preços e salários ou o calote da dívida pública?

**Haddad** – Não. A matéria que a revista *Veja* publicou na sua edição da semana passada tinha uma intenção. Foi baseada numa mentira. O documento que eles apresentaram como sendo o programa de estabilização foi um estudo elaborado ainda na gestão do ministro Gustavo Krause, em dezembro. Um estudo que foi descartado por ele e depois por mim quando assumi o Ministério da Fazenda.

pois contrariava, frontalmente, o programa de governo. Esse estudo nem sequer chegou a ser apresentado ao presidente Itamar Franco. Congelamento, calote e controle de preços nunca chegaram a entrar na pauta de discussões do plano. Eles quiseram, com aquela matéria, denegrir a minha imagem de homem público e abalar a confiança que a população tinha no meu trabalho. Eu e minha equipe fomos ouvidos pela reportagem e nem sequer fomos citados na matéria. Fizeram um texto grosseiro, pouco inteligente e agressivo. É, claramente, uma matéria com segundas intenções, mas, a essa altura, não me interessa mais saber a quem serve esse tipo de jogada.

**ISTOÉ** – Mas nem o presidente Itamar falou em congelamento?

**Haddad** – Não, ele usava muito a expressão “controle seletivo de preços”. Ele pensava em remédios, cesta-básica e algumas tarifas públicas. Em alguns setores, ele já estava, e continua, praticando esse controle. É o caso, por exemplo, da tarifa básica de telefones e do gás de cozinha que obedecem a uma regra vinculando o aumento à política salarial. Mas o controle seletivo não entrava, em hipótese nenhuma, no nosso plano. Tanto é que quando eu soube do congelamento daqueles produtos da rede Somar voltei a insistir que não concordava. Acho que não dá certo. Se não fosse por doutrina, se não fosse por convicção, seria por pura experiência.

**ISTOÉ** – Se o sr. tinha um plano, aparentemente executável, porque o abandono do navio?

**Haddad** – Desde o primeiro momento, quando comecei a me afirmar no Ministério, eu tive duas pessoas que me contestavam muito. Às vezes abertamente, às vezes indiretamente, através de notas na imprensa. O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e o advogado geral, José de Castro. O Maurício Corrêa não concordava com a política econômica. Queria resultados mais rápidos. Queria que eu fizesse um tipo de intervenção mais forte no controle de preços, queria um controle seletivo dos preços. E o José de Castro refletia muito a ansiedade do presidente. Acho que essas são as duas figuras que trabalharam mais fortemente para a minha desestabilização.

**ISTOÉ** – Mas a demora na apresentação de soluções concretas ao presidente Itamar também não contribuiu para o seu desgaste? Quantas vezes chegou-se a discutir a elaboração do plano com o presidente?

**Haddad** – Houve apenas uma reunião para a discussão do plano. Foi no dia 23 de janeiro, já com a presença da ministra Yeda Crusius. Foi uma reunião fraca e o presidente, evidentemente, não gostou. Nós fomos honestos e dissemos a ele que não havia um consenso sobre as medidas. Ele então disse: “Eu gostaria que vocês avançassem mais, que isso fosse feito mais rápido. Eu quero mais pressa. Isso é fundamental para mim.” O presidente queria discutir o programa. O nosso rela-

**O documento apresentado como sendo o programa de estabilização foi um estudo elaborado na gestão do ministro Krause, descartado por ele e depois por mim. Nem foi apresentado ao presidente**

**Maurício Corrêa não concordava com a política econômica. Queria uma ação forte no controle de preços. E o José de Castro refletia a ansiedade de Itamar**

**Eu tinha um acordo com o presidente. Seria ouvido em todas as indicações da área econômica, fora a Sunab. Em dezembro eu passei uma lista de nomes para o BC. Itamar dizia: “Espera, espera”**

cionamento tinha momentos difíceis mas a vida ia caminhando. Na semana seguinte, aconteceu a primeira crise realmente séria. Na sexta-feira 29, um jornal publicou que o presidente mandara subir os juros. Foi uma interpretação equivocada de uma entrevista coletiva minha no dia anterior. Pedi uma reunião para o sábado e fui para o palácio com o Loyola [Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central] para esclarecer a situação. Foi uma reunião muito tensa e em determinado momento eu disse ao presidente que, se ele julgasse que nós não tínhamos condições de administrar a política monetária, os cargos estavam à disposição. Surpreendentemente, o Maurício Corrêa, que estava presente, teve um papel equi-

librado. Acalmou o presidente e fez um apelo para que continuássemos. Duas semanas depois, na véspera do Carnaval, estourou a crise do corte dos zeros do cruzeiro e o desfecho de tudo.

**ISTOÉ** – Qual foi a real dimensão das indicações para o Banco Central no desfecho da crise?

**Haddad** – Bem, eu só voltei a me encontrar com o presidente na quinta-feira depois do Carnaval. Fui para o despacho esperando discutir a questão dos zeros. Ele esfriou o assunto. Disse que o problema estava superado e que “agora é tocar para a frente”. Ele estava muito preocupado com os reajustes nos preços da carne e nos derivados do leite. Foi por isso que determinou o adiantamento

no prazo para a entrega do plano. Contávamos entregar o programa depois da Semana Santa e, naquela reunião, ele disse que queria as medidas para o dia 13 de março. Saí dali e determinei à equipe que começasse a trabalhar em período integral para aprontar tudo a tempo. Na sexta-feira, 26 de fevereiro, no final da tarde, o Henrique Hargreaves, ministro da Casa Civil, me ligou comunicando a lista com os nomes para o Banco Central e Banco do Brasil. Eu tinha um acordo com o presidente. Seria ouvido em todas as indicações da área econômica, com exceção da Sunab. Isso porque nós íamos dividir a Sunab. Toda a parte que trata da legislação e dos processos judiciais iria para o Mi-

nistério da Justiça. O Ministério da Fazenda ficaria com o controle de preço que eu nunca deixaria sair senão o ministro da Justiça acabaria com o poder de fazer política econômica.

**ISTOÉ** – Mas o sr. chegou a indicar nomes para o Banco Central?

**Haddad** – Desde dezembro que o presidente tinha em seu poder uma lista minha com as indicações. Durante os meses de janeiro e fevereiro, eu cobrei uma solução e ele sempre dizia: “Espera, espera. A minha posição não era de intransigência, era de sentar e discutir, se ele quisesse indicar outros nomes. A diretoria do Banco Central era vital para a implementação do programa de estabilização. Tinha que ser nomes competentes.